



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

## Solenidade no Parque Indígena do Xingu

Venho ao posto de Diavarum para retomar o contato direto, fraterno e aberto, que desejo manter com todos e cada um dos nossos grupos indígenas. Venho para reafirmar que a questão do índio é prioritária para o meu governo, e tenho pressa em resolvê-la.

No final do ano passado, tomei decisões sobre alguns problemas que pediam providências imediatas e enérgicas. Não são problemas novos. Ao contrário, estão historicamente enraizados, sempre à espera de solução. Agora, entretanto, estas questões estavam assumindo tons dramáticos, e era necessário que a sociedade e o Governo conjugassem esforços para, com liderança e vontade, superá-las de forma definitiva.

Convoquei ministros e autoridades para que, em reuniões setoriais, que presidi pessoalmente, apresentassem ações de efeito imediato em áreas como a das crianças, do Nordeste, da educação, da reforma administrativa e, naturalmente, dos índios. Agora as medidas começam a surtir efeito. Minha vinda ao Xingu, para assinar os decretos que homologam a demarcação desse parque indígena, e também da área indígena de Capoto-Jarina, é o primeiro ato de um processo que há de mudar o tratamento da questão do índio no Brasil.

Precisamos pôr termo à ineficácia de atitudes paternalistas, muitas vezes preconceituosas, que durante muito tempo prevaleceram, e que apenas inibiram a afirmação do direito dos índios de manterem e desenvolverem sua própria identidade cultural. Os povos indígenas contribuíram, de forma decisiva, na formação histórica e cultural do homem brasileiro. Seu legado vai muito além das palavras sonoras, que enriqueceram a língua portuguesa, de hábitos alimentares e sociais incorporados ao nosso cotidiano, do próprio sangue amalgamado no sangue do povo brasileiro.

O índio ensinou nossos antepassados a conhecer a floresta tropical e os rios que cortam o nosso território. Seus mitos e visões de mundo estão na base de nossa cultura popular e do nosso folclore. Seu conhecimento da fauna e da flora iluminaram as pesquisas de muitos cientistas, farmacólogos e médicos. O mais importante é que os índios continuam a ensinar o homem contemporâneo, e essas lições são o mais perfeito símbolo de relevância de seus conhecimentos para toda a humanidade. Em sua simplicidade, nobreza e generosidade, o índio demonstra que a comunhão com a natureza é fonte de sabedoria e de vitalidade.

O homem moderno, principalmente os habitantes do mundo desenvolvido, tornou-se prisioneiro de um consumismo estéril que, muito longe de trazer a felicidade e o bem-estar, tem acelerado, em níveis intoleráveis, o processo de degradação do nosso meio ambiente. Não podemos, no Brasil, reproduzir essas fórmulas de crescimento desordenado, sem lastro ético e espiritual. As lições da cultura indígena são uma inspiração para que aprendamos os caminhos possíveis da conciliação do desenvolvimento com o absoluto respeito à natureza.

Temos o dever e a responsabilidade de preservar esse patrimônio e desenvolvê-lo em toda a sua plenitude. Nossos filhos haverão de nos agradecer por termos percebido em tempo que a diversidade cultural é uma das principais riquezas de nosso País. Por isso, as diretrizes da política indigenista do meu governo são e serão guiadas pelo respeito à identidade cultural, à

promoção dos direitos humanos e pela garantia dos direitos da cidadania de todos os brasileiros, como determina a Constituição e exige um país moderno e democrático.

---

«O modelo de ação que tencionamos adotar promoverá o desenvolvimento auto-sustentado das comunidades indígenas.»

---

Estamos diante do desafio de adotar uma política indigenista que evite os erros do passado, sobretudo os que impuseram assimilações forçadas e empobrecedoras. O modelo de ação que tencionamos adotar promoverá o desenvolvimento auto-sustentado das comunidades indígenas e assegurará sua interação harmoniosa com a comunidade nacional.

Precisamos modificar o regime tutelar, mediante maior ênfase nas obrigações do Estado, na demarcação das terras indígenas e na regularização fundiária. É imperativo dar aos índios proteção contra invasões. É inadiável auxiliar essas comunidades com medidas de defesa do meio ambiente, pois é na floresta e nos rios que o índio busca a maior parte do seu sustento. Ademais, é urgente desenvolver programas de assistência médica e de bem-estar comunitário. A tutela do Estado deve garantir o exercício pleno dos direitos do cidadão indígena. Para assegurar o cumprimento dessas diretrizes, determinei estudos urgentes sobre a redefinição institucional do órgão responsável pela execução dos programas de proteção à comunidade indígena, assim como a elaboração de propostas, visando à adequação do Estatuto do Índio aos novos preceitos constitucionais.

Minha gente, o que apresento agora não são promessas. É a continuação de uma atitude de verdadeiro respeito ao índio, que já se materializou em ações e resultados concretos. Entre eles, valeria mencionar a diminuição drástica do número de garimpeiros na área Ianomami, que, em meu governo, caiu de 40 mil para 800 homens. A incidência da malária e de outras moléstias entre os Ianomami também sofreu uma queda brutal. Obser-

vadores internacionais isentos têm visitado as áreas indígenas e verificado os processos a que aludi. Naturalmente, muito mais teremos que fazer.

---

«A garantia da terra é essencial  
à afirmação da identidade dos  
grupos tribais.»

---

A garantia da terra é essencial à afirmação da identidade dos grupos tribais. O território representa, para o índio, muito mais do que riquezas. É o esteio da sua própria sobrevivência, é o espaço para a manifestação da sua cultura. As terras indígenas são o templo sagrado de suas tradições, o berço de sua existência, sua fonte de suprimento. As áreas indígenas demarcadas e por demarcar somam cerca de 80 milhões de hectares, quase 10% do território nacional. Estou determinado a fazer cumprir inteiramente o dispositivo constitucional que manda concluir o processo de demarcação das terras indígenas até 1993. Para tanto, solicitei ao Ministério da Justiça a elaboração imediata de minuta de decreto, estabelecendo nova sistemática administrativa para essa demarcação.

A autogestão comunitária deve se constituir no princípio básico do exercício, pelas comunidades indígenas, do usufruto exclusivo que têm sobre os recursos do solo, rios e lagos, em seu território. A excessiva interferência do Estado na gestão do patrimônio indígena pode levar a situações de exercício abusivo da tutela e de negação do próprio usufruto. A valorização econômica do patrimônio indígena deve ter por objetivo a promoção das comunidades. Não pode servir a interesses individuais, nem à ganância inescrupulosa de terceiros.

Preocupa-me a dilapidação acelerada, em muitos casos, do patrimônio indígena, inclusive com graves danos ao meio ambiente. O Estado não permanecerá insensível à tragédia vivida pelas comunidades cujas áreas se tornaram insuficientes para assegurar o seu próprio sustento. Trataremos de buscar, incessan-

temente, os meios de atender e remediar esta aflição, que, infelizmente, é também a mesma de tantas famílias de outros brasileiros sem terra, vítimas do desabrigo e órfãos da esperança. Não é por acaso que o destino, muitas vezes, reúne esses brasileiros de origens distintas, índios e não índios, no mesmo chão, fazendo da pobreza e da miséria o resultado visível da assimilação. Contra tudo isso temos que lutar. O desenvolvimento harmônico, com justiça social, é o único caminho da modernidade e da consolidação do processo democrático.

A assinatura dos decretos de homologação da demarcação do Parque Indígena do Xingu e da área indígena Capoto-Jarina não é ato isolado, mas parte de uma política indigenista consciente, que representa o compromisso do meu governo com os desassistidos e os desamparados. Deus haverá, minha gente, de nos ajudar nesta difícil, mas, sem dúvida nenhuma, engrandecedora missão. Obrigado pela presença de todos vocês aqui, neste dia que considero digno de registro para mim, como cidadão brasileiro, em que se marca definitivamente uma opção clara, definida, nítida e transparente do Governo brasileiro em favor das comunidades indígenas do nosso País.

*Discurso pronunciado por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
durante a solenidade de assinatura de  
atos no Parque Indígena do Xingu,  
em Mato Grosso,  
no dia 25 de janeiro de 1991.*